

Informativo Técnico AGRIS, n. 4, dez. 2012

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

Pecuária Leiteira

Introdução

O presente informativo objetiva caracterizar a cadeia produtiva do leite de vaca¹ e de seus derivados no Brasil. Para tanto, o texto está estruturado da seguinte forma: inicialmente, são apresentados os aspectos históricos que levaram à estrutura vigente da cadeia produtiva. Posteriormente, na segunda seção, analisam-se aspectos econômicos da produção nacional e o papel das importações. Em seguida se avaliam o papel da agricultura familiar no setor e as recentes iniciativas tomadas para fortalecê-la. Na seção seguinte, caracteriza-se a cadeia produtiva tecendo-se alguns comentários sobre a distribuição da produção, dos preços e as possíveis margens auferidas pelos diferentes agentes econômicos a partir de diferentes estimativas quando ao poder de mercado. Para finalizar, a última seção descreve alguns desafios e tece alguns comentários finais.

Aspectos Históricos e atual Configuração da Cadeia Produtiva do Leite

Desde o início do século XX até os primeiros anos da década de 90, a estrutura do setor produtor de leite e seus derivados se manteve praticamente inalterada (Carvalho,

¹ Ao longo do texto, para dar maior fluidez à leitura, será feita menção ao leite de vaca simplesmente utilizando a palavra leite.

2010)², Os preços dos produtos lácteos eram controlados pela Comissão Interministerial de Preços (CIP) e definidos aos produtores. Assim, ainda que a produção de leite oscilasse, em virtude da sazonalidade peculiar do setor, o regime de fixação de preços garantia uma certa estabilidade de renda aos produtores. Além disso, a concorrência de produtos estrangeiros era quase inexistente, devido a barreiras à importação. Nesse cenário, o comércio do leite se dava de maneira bastante informal através de *leiteiros* que, podendo ou não ser produtores do leite, captavam o produto junto aos produtores primários e o distribuíam em residências ou em revendedores (padarias, etc...) sob condições arcaicas de acondicionamento.

O início dos anos 90 foi marcado por profundas transformações, com impactos consideráveis na organização da produção e distribuição de leite e de seus derivados a partir da liberação dos preços ao longo de toda a cadeia produtiva (Paula, 2010)³. Foram retiradas as restrições não tarifárias e quantitativas à importação de derivados lácteos; houve a criação do Mercosul (1991) e extinguiu-se a tarifa de importações entre os países do Bloco. Essas mudanças culminaram em uma maior penetração de produtos importados. Dessa forma, um novo cenário se constituiu, marcado pela estabilidade de preços a partir do plano Real e pela concorrência externa, até então inexistentes.

A ampliação da concorrência estimulou a modernização da produção através do uso de novas tecnologias que, aliadas a um rearranjo na administração de custos, tornaram-se condição para a sobrevivência no novo ambiente. Como resultado, o antigo distribuidor informal de leite (*leiteiro*) passou a entregar a produção a beneficiadores do produto. O maior acesso à importação, aliado à dificuldade das empresas nacionais investirem, comparativamente às transnacionais, induziram aquisições e incorporações de empresas e cooperativas brasileiras. Ao longo do tempo, as cooperativas não incorporadas às transnacionais acabaram por ter seu papel relegado a uma parcela marginal do mercado. Observou-se o movimento de concentração de poucas empresas agroindustriais capazes de modernizar o manejo e o beneficiamento do leite, desde a captação junto ao produtor primário até a mesa do consumidor final.

Outra importante mudança ocorrida no âmbito da indústria, devida ao avanço tecnológico, foi a substituição do leite pasteurizado, altamente perecível, pelo leite Longa

² Carvalho, G, R. **A indústria de laticínios no Brasil: passado, presente e futuro**. Circular Técnica 102. Ed. Embrapa Leite, Juiz de Fora – MG. 2010. Disponível em http://www.cnpqgl.embrapa.br/nova/livraria/abrir_pdf.php?id=26

³ Paula, E. B; Castro, M, C, D; Mota, M,M. **Uma análise da cadeia produtiva do leite no Brasil pós década de 90 sob a luz da teoria das vantagens comparativas e seus impactos na geração de emprego e renda**. XLIII Congresso da Sober. 2010. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/2/1046.pdf>

Vida (UHT – *Ultra High Temperature*)⁴ possibilitando às empresas comercializarem o leite nacionalmente. Com o referido aumento do ciclo de vida do produto, os supermercados se tornaram os principais centros de distribuição do leite. Novamente, as fusões e aquisições formaram a estratégia das empresas lácteas buscando maior fortalecimento para competir com as grandes redes varejistas, que detêm elevado poder de mercado na distribuição de alimentos.

O processo de consolidação setorial ainda encontra-se em curso e oferece algumas possibilidades de desenvolvimento para a indústria de laticínios. Como o leite *in natura* é um bem relativamente homogêneo, sua margem de lucro unitária é baixa e os ganhos são obtidos, principalmente, pelo volume comercializado. Por isso, a busca pela escala de produção, diferenciação de produtos, inovação e desenvolvimento de produtos de maior valor agregado são fatores fundamentais para a maior competitividade da indústria brasileira.

Aspectos Econômicos do Setor Produtor de Leite e Seus Derivados

Produção e Produtividade do Leite no Brasil

O relativo desamparo com que o setor produtivo do leite se deparou – após anos de intervenção governamental no mercado para manutenção de preços e renda do produtor – pode ser imaginado ao se observar a força com que a concorrência externa se instalou no mercado brasileiro nos anos 90. O crescimento das importações de leite⁵ de, aproximadamente, 150% entre os anos de 1994 e 1995, ilustram este novo cenário, conforme indica a tabela 1.

Dentro deste novo contexto, a modernização do modo produtivo, utilização de novas tecnologias e redução de custo se tornam essenciais para manter a competitividade dos produtores leiteiros. Assim, as mudanças estruturais pelas quais o setor passou impuseram uma busca por ganhos de eficiência.

Quando se observa a quantidade produzida de leite, verifica-se que esta cresceu a taxas relativamente constantes entre 1974 e 2010. Isto, por si só, não evidencia ganhos de produtividade. Mas o crescimento observado da produção foi alcançado com queda na quantidade de animais ordenhados em meados dos anos 1990. O rebanho brasileiro de vacas

⁴ Leite Longa Vida, ultrapasteurizado ou UHT é o leite líquido homogeneizado, que foi submetido durante 2 a 4 segundos, a uma temperatura entre 130 e 150° C, mediante um processo térmico de fluxo contínuo; imediatamente resfriado a uma temperatura inferior a 32° C, e envasado assepticamente. Disponível em <http://www.cileite.com.br/node/47>

⁵ A tabela 1 considera, até 1996, os tipos de leite descritos na tabela NBM (Nomenclatura Brasileira de Mercadorias) e, a partir de 1997, os tipos descritos na tabela NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul). Para maiores detalhes acessar <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1102>

ordenhadas, que contava com 20,47 milhões de vacas em 1992, foi reduzido nos anos seguintes, chegando a 16,27 milhões em 1996 e voltando a se restabelecer apenas no ano de 2005 (20,62 milhões). Conforme observado no gráfico 1 essa diminuição do rebanho não comprometeu a produção; daí se deduzindo o ganho de produtividade no setor, possivelmente relacionado às mudanças institucionais ocorridas.

Tabela 1: Importação e exportação⁶ brasileira de leite

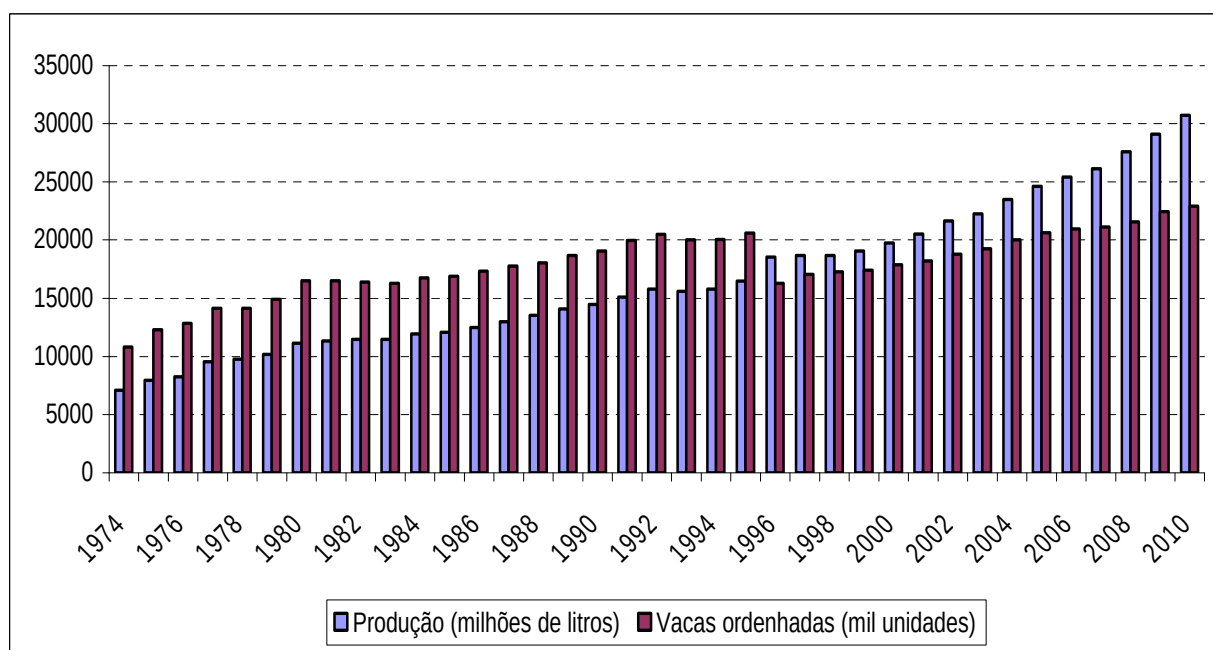
Classificação	Ano	Importação (Ton.)	Exportação (Ton.)
NBM	1990	33.535,66	44,89
	1991	52.284,22	371,51
	1992	24.066,86	3.078,26
	1993	34.703,93	10.495,39
	1994	60.433,79	896,17
	1995	155.980,67	996,30
	1996	124.601,51	5.990,83
	1997	244.175,96	1.078,17
	1998	295.480,71	1.036,76
	1999	305.361,91	151,87
NCM	2000	222.291,85	216,83
	2001	85.794,60	741,00
	2002	136.095,58	1.483,72
	2003	38.826,84	3.164,78
	2004	23.525,45	22.595,95
	2005	32.958,11	27.112,23
	2006	49.847,12	18.160,48
	2007	24.723,13	43.992,68
	2008	30.355,74	82.722,25
	2009	73.281,94	12.857,79
	2010	51.011,80	5.104,71
	2011	92.241,54	1.219,45

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC).

Ressalte-se que o aumento da produção nacional acompanhada pela redução de custo associada à elevação da produtividade foi suficiente para, dadas as condições existentes (estrutura tarifária, taxa de câmbio, etc...), atender as necessidades do mercado interno, arrefecendo as importações que caem a partir do início do século XXI.

⁶ Relativamente à exportação do produto, nota-se que desde o início da década de 90, até os anos recentes, a série apresenta um comportamento errático, com algumas variações abruptas entre alguns anos, o que dificulta associações entre as alterações pelas quais a cadeia produtiva do leite passou e as exportações. Porém, para os fins deste informativo, a informação relevante é o aumento da concorrência que as importações impuseram ao setor produtivo do leite no Brasil.

Gráfico 1: Produção de leite e efetivo de animais ordenhados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM – IBGE).

Contudo, o ganho de produtividade deduzido a partir das informações contidas no gráfico 1 não posicionou o Brasil entre os países mais produtivos na atividade leiteira. Em 2011, a produção do país foi de 1,60 tonelada por vaca, enquanto o mundo como um todo alcançou, na média, uma produção de 3,43 toneladas por animal.⁷ Se, para efeitos de comparação, se considerar os países de maior produtividade a distância é ainda mais expressiva como se vê pela tabela 2. É evidente que fatores peculiares aos países contribuem para a determinação da produtividade do gado leiteiro; mas a posição brasileira sublinha a importância dos estímulos ao desenvolvimento e difusão de tecnologias que possam impulsionar a produtividade no país.

⁷ Optou-se, neste trabalho, por seguir a medida de produtividade padrão da literatura sobre pecuária leiteira. Uma outra possibilidade seria a produção de leite obtida por hectare de terra. Essa última, no entanto, não é freqüentemente utilizada por dificuldades associadas a diversos fatores tais como o tipo de pecuária exercida, o tamanho do rebanho, utilização conjunta do pasto por gado leiteiro e de corte, o clima, os tipos de solo e pastagem, a quantidade anual de precipitação, etc...Estas diferenças, além de outras características próprias das localidades, podem “influenciar” a medida, acarretando dificuldades na comparação. Como resultado, para evitar-se atribuir à produtividade da atividade leiteira características geográficas específicas, utiliza-se a medida por animal.

Tabela 2: Produtividade, em toneladas por cabeça na produção de leite em países selecionados – 2011

Posição	País/Região	Produtividade
1	Coréia do Sul	9,88
2	Estados Unidos	9,68
3	Japão	9,28
4	Canadá	8,55
5	Taiwan	6,11
6	UE-27*	5,98
7	Austrália	5,90
8	Argentina	5,33
9	Ucrânia	4,11
10	China	4,03
11	Nova Zelândia	3,94
12	Rússia	3,67
-	Mundo	3,43
13	México	1,73
14	Brasil	1,60
15	Filipinas	1,21
16	Índia	1,19

*União Européia

Fonte: USDA (United States Department of Agriculture), a partir de estatísticas e relatórios oficiais de cada país.

Produção Leiteira e Agricultura Familiar

A agricultura familiar desempenha papel relevante na produção de leite. Dados do Censo Agropecuário de 2006, mostrados na Tabela 3, indicam que os estabelecimentos de agricultura familiar responderam por 58% do volume de leite produzido e 57% do volume vendido em 2006. Nesse ano, a agricultura familiar teve uma produção de leite por vaca ordenhada inferior à agricultura não familiar, mas a diferença não foi grande: 1540 litros no ano ante 1738 litros. Ainda de acordo com o Censo Agropecuário 2006, observa-se que, do volume total de leite produzido, 91% foi vendido cru, seja para indústrias de beneficiamento, cooperativas ou diretamente ao consumidor.

Conforme se observa, mais de 475 mil estabelecimentos agropecuários – responsáveis por, aproximadamente, 9% da produção nacional – produziram leite e não venderam leite cru. Desses, alguns venderam leite já pasteurizado ou beneficiaram o leite no próprio estabelecimento. Entretanto, a grande maioria produziu um baixo volume de leite e não o comercializou. Trata-se de estabelecimentos que estiveram fora da cadeia do leite, seja porque a produção de leite destinou-se ao autoconsumo ou porque não foi a finalidade principal da criação. Cabe registrar que a proporção de estabelecimentos agropecuários que produziram leite e não venderam leite cru é significativamente maior entre os

estabelecimentos de agricultura familiar (38%) do que entre os estabelecimentos de agricultura não familiar (25%).

Tabela 3: Produção e venda de leite nos estabelecimentos agropecuários - 2006

	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total
Quantidade produzida de leite (milhões de litros)	11.849	8.719	20.568
Quantidade vendida de leite cru (milhões de litros)	10.686	8.039	18.725
Vacas ordenhadas (mil cabeças)	7.695	5.015	12.711
Quantidade produzida de leite por vaca ordenhada (litros)	1.540	1.738	1.618
Nº de estabelecimentos agropecuários que produziram leite	1.089.336	261.473	1.350.809
Nº de estabelecimentos agropecuários que venderam leite cru	678.865	195.711	874.576

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Agropecuário 2006

Por outro lado a distribuição espacial da produção do leite entre as regiões do país vem se alterando com o passar do tempo. Na década de 80, o sudeste era responsável por mais da metade da produção nacional. Nas décadas seguintes, as regiões sul e centro-oeste começaram a ganhar representatividade, enquanto o sudeste perdeu participação no total produzido.

Tabela 4: Participação das regiões do país na produção de leite

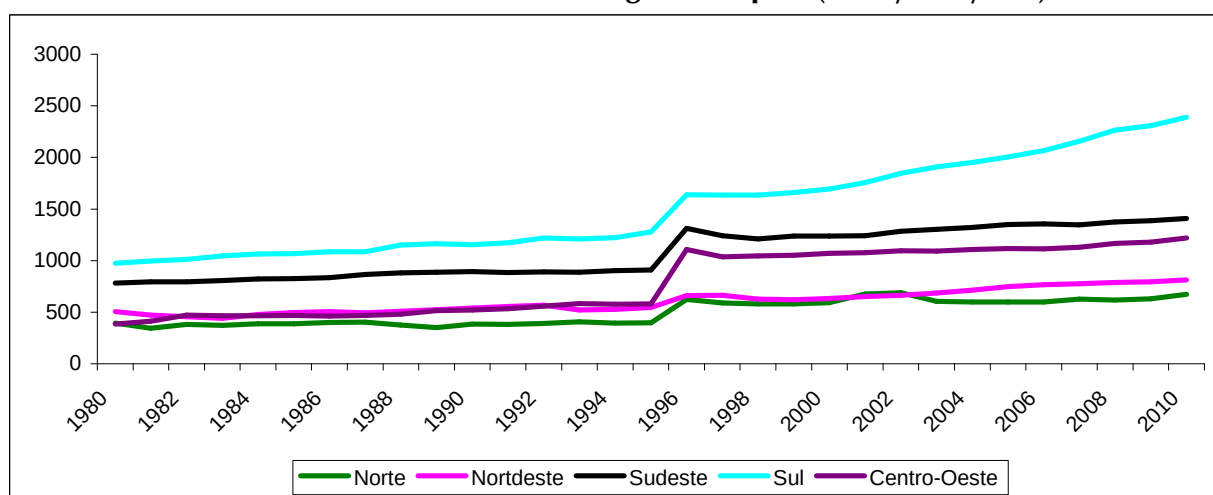
Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1974	1%	13%	54%	23%	9%
1980	1%	14%	51%	23%	11%
1990	4%	14%	48%	23%	12%
2000	5%	11%	43%	25%	16%
2010	6%	13%	36%	31%	14%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Pecuária Municipal.

As regiões sul e centro-oeste merecem ainda dois destaques cada uma delas. Na primeira, observa-se que a produção de leite por vaca ordenhada é a maior do país (gráfico 2). Além disso, desde as mudanças estruturais por que passou o setor, a taxa de crescimento da produtividade na região supera a de todas as outras. Já o centro-oeste caracteriza-se pelo maior ganho em produtividade frente às alterações institucionais que afetaram o setor em meados dos anos 90. A região passou de uma produtividade muito baixa, próxima às do norte

e nordeste nos anos 80, e apresentou, em 1995, um salto que a fez se aproximar da produção de leite por vaca alcançada pelo sudeste (gráfico 2). Outro fator relevante são os custos mais baixos de produção nesta região. A expansão da fronteira agrícola e a consequente elevação da oferta de alimentos no centro-oeste colocam a região como aquela em que os custos de produção são os mais baixos, em comparação com as demais.

Gráfico 2: Produtividade das regiões do país (litros/vaca/ano)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Pecuária Municipal.

Iniciativas Voltadas à Produção Familiar do Leite

Recentemente, algumas iniciativas vêm sendo tomadas no sentido de fortalecer a produção de leite nos estabelecimentos de agricultura familiar. Essas iniciativas buscam elevar a produção, a produtividade e o poder de mercado dos produtores familiares.

O Projeto Balde Cheio, coordenado pela Embrapa, destaca-se entre as iniciativas voltadas ao aumento de produtividade. O Projeto tem como objetivo transferir tecnologias de produção a extensionistas e a produtores familiares de leite. No âmbito do Projeto, são estabelecidas parcerias com instituições de extensão rural. Os extensionistas das entidades parceiras passam por um treinamento para estarem aptos a transmitirem aos produtores técnicas de gerenciamento da produção, estruturação e manejo do rebanho. Em cada localidade, um estabelecimento familiar de produção de leite é escolhido como unidade de demonstração, servindo de exemplo de aplicação das técnicas. Durante quatro anos, extensionistas e produtores fazem visitas periódicas à unidade de demonstração, para que as técnicas de produção sejam mostradas e seus resultados acompanhados. Iniciado em 1998, o Projeto Balde Cheio estava presente, em janeiro de 2012, em 25 Estados e em 607 municípios.

Programas de compras públicas têm contribuído para aumentar a demanda pelo leite produzido em estabelecimentos de agricultura familiar. Por meio da modalidade leite do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Governo Federal adquire leite oriundo de estabelecimentos de agricultura familiar e distribui a famílias em situação de insegurança alimentar. Entre janeiro e setembro de 2012, forneceram leite no âmbito do PAA cerca de 28 mil agricultores familiares, localizados na Região Nordeste e em Minas Gerais. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é também um demandante do leite proveniente de estabelecimentos de agricultura familiar. Por determinação legal, 30% dos recursos do PNAE destinam-se à aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar ou de suas organizações.

A organização em cooperativas é uma forma de os produtores de leite – sobretudo, os familiares – atenuarem o poder de mercado detido pelos laticínios. O conjunto de atividades desenvolvidas pelas cooperativas varia bastante. Nas cooperativas mais simples, os produtores se unem para negociarem coletivamente a venda do leite e a compra de insumos. Algumas cooperativas possuem postos de refrigeração e fazem a coleta do leite. Existem, ainda, as cooperativas que realizam o beneficiamento do leite em plantas próprias. Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), havia, em 2002, cerca de 350 cooperativas com unidades de beneficiamento de leite. Nesse conjunto, incluem-se cooperativas singulares e centrais – essas resultantes da associação de várias singulares. O BNDES, por meio do Fundo Social, tem apoiado a construção de unidades de beneficiamento de leite em várias cooperativas⁸.

A Lei nº 12.669, de 19 de junho de 2012, é uma iniciativa no sentido de fortalecer os produtores de leite na relação que mantêm com os laticínios. A Lei obriga os laticínios a informarem ao produtor, até o dia 25 do mês anterior à entrega, o preço pago pelo litro de leite. Conhecendo o preço que irão receber pelo leite, os produtores podem amparar as decisões de produção e as negociações com o laticínio.

Ainda que não seja restrito ao leite, é importante mencionar, também, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Trata-se de um programa de crédito, destinado exclusivamente aos agricultores familiares e que oferece condições mais favoráveis que as vigentes no crédito rural convencional. No Ano-Safra 2012/2013, estão

⁸ Algumas cooperativas apoiadas: Copran (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa), Coana (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária Avante) e Coopercontestado (Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado).

disponíveis R\$ 18 bilhões para o crédito Pronaf, com taxas de juros que variam entre 0,5% ao ano e 4% ao ano⁹.

A Estrutura da Cadeia Produtiva e seus Efeitos

A estrutura das relações entre as empresas que utilizam o leite como insumo e os produtores primários pode ser caracterizada como oligopsônio ou, em muitos casos, monopsônio. Isto é, há poucos ou, às vezes, um único demandante para o leite produzido em uma determinada região. Isso faz com que esse(s) demandante(s), normalmente empresas privadas e cooperativas, consigam exercer poder de mercado, consubstanciado na capacidade de influenciar fortemente a determinação do preço do bem a ser transacionado.

Para efeitos ilustrativos da concentração de mercado do Brasil podemos utilizar os dados da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, que elabora um ranking das empresas de laticínios do país. Em 2011, as dez maiores empresas de laticínios recepcionaram 7.554.330 mil litros de leite¹⁰. A Pesquisa Trimestral do Leite, do IBGE, informa que o volume total de leite recepcionado por unidades industriais sob inspeção sanitária foi 21.793.473 mil litros em 2011. Assim, 10 empresas foram responsáveis por 35% do leite recepcionado e 3 empresas - DPA Manufacturing Brasil (em nome da Nestlé, Frontera, DPA Brasil, DPA Nordeste e Nestlé Waters), LBR - Lácteos Brasil e Itambé - responderam por 23%.

Seguindo o último elo da cadeia, apesar de leite e derivados serem comercializados em múltiplos pontos de venda tais como: cafeterias, padarias, lojas de conveniência, mercados institucionais (restaurantes, hotéis, hospitais), refeições coletivas, etc., são os supermercados que ocupam uma participação crescente desde a introdução do leite longa vida. A concentração do mercado varejista de alimentos no Brasil é notória e constatada em diversos trabalhos. Por exemplo, Aguiar (2006)¹¹ calculou os índices de concentração das três, cinco e dez maiores empresas varejistas do setor de alimentos chegando às concentrações de 34,1%, 36,5%, e 41,4%. De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), os quatro primeiros colocados no ranking de faturamento de supermercados em 2011 são: Pão de Açúcar (faturamento de R\$ 52,6 bilhões contemplando também as vendas de Casas Bahia e Ponto Frio, que representam 39% do faturamento total do grupo), Carrefour (R\$ 28,7 bilhões, excluindo as vendas do Dia, que desde 2011 opera separadamente do grupo),

⁹ Sobre o Pronaf ver os Informativos 2/2011, 3/2011 e 2/2012.

¹⁰ Esse número não inclui a BR Foods, que não divulgou suas informações.

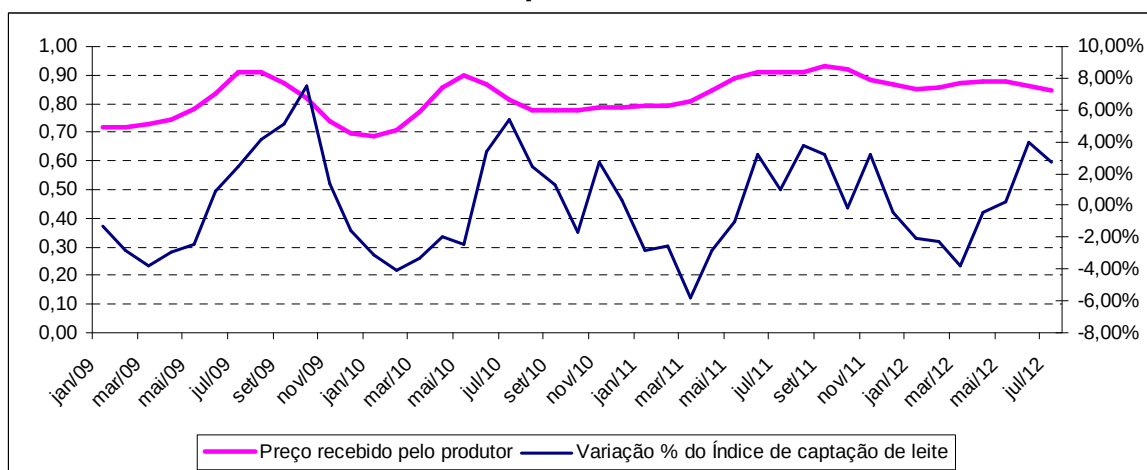
¹¹ Aguiar, Danilo R. D.- Concentração Do Mercado Varejista Alimentar Brasileiro, 2006. Disponível: <http://www.sober.org.br/palestra/13/730.pdf>

Walmart (R\$ 23,5 bilhões) e Cencosud (R\$ 6,2 bilhões, já incorporadas as vendas das cadeias adquiridas no final de 2010 e em 2011, tais como Bretas, Perini e outras).

Já o produtor, normalmente capaz de ofertar apenas uma pequena parcela do leite requerido pela(s) demandante(s), se vê como tomador de preços, dado que não consegue diferenciar seu produto e o embargo de sua parte exerce limitado impacto sobre a oferta total de leite. Em estruturas como essa qualquer adversidade que implique elevação dos custos de produção é absorvida pelo produtor primário. A capacidade de repassar choques adversos para o preço do produto é muito pequena ou mesmo nula.

Esse fenômeno pode ser ilustrado pela relação entre a captação do leite produzido (oferta) e os preços recebidos pelo produtor nos últimos anos. A oferta apresenta um comportamento sazonal, com diminuição em meses em que os pastos são mais secos e as temperaturas mais baixas (maio e junho), e aumento em épocas mais úmidas e quentes. Diante desses movimentos, era de se esperar um comportamento sazonal também na série de preços pagos ao produtor. Entretanto, o que se observa é a relativa estabilidade no comportamento da série de preços, indicando que a relação entre demandantes e ofertantes do produto não apresenta características concorrenciais. Por essa razão, torna-se claro, também, a incapacidade do produtor de manter rendimentos estáveis ao longo do ano.

Gráfico 3: Variação mensal no índice de captação de leite¹² e preços recebidos pelo produtor



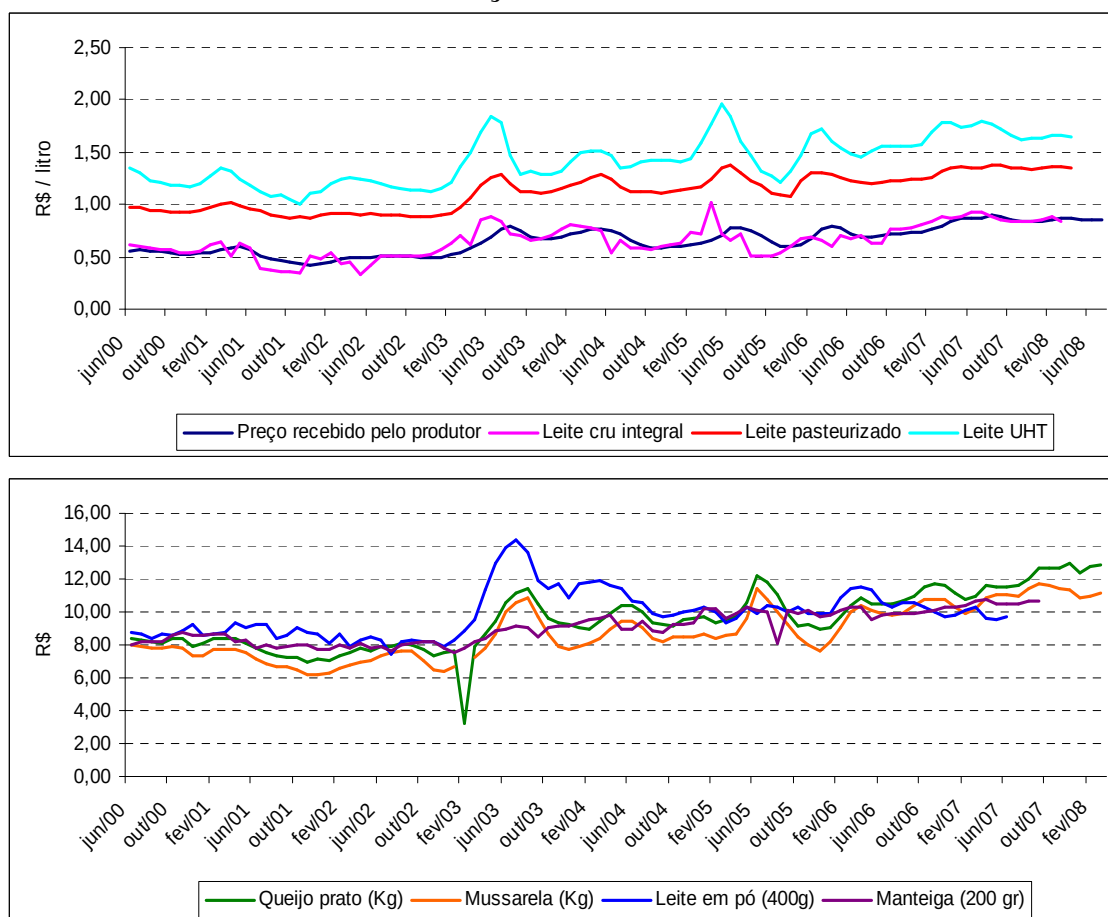
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Cepea - USP.

¹² Esse índice é elaborado mensalmente pelo CEPEA-USP, com base em amostragem, comparando-se os volumes diários captados nos estados do RS, PR, SP, MG, GO, BA e SC. Em seguida, é calculada a média nacional. O peso mensal de cada estado é definido com base em informações do IBGE quanto ao volume produzido em cada unidade da federação. O índice foi constituído em junho / 2004, período em que assumiu valor 100.

A estrutura de mercado desenhada contribui para que os ganhos auferidos pelos agentes ao longo da cadeia produtiva sejam bastante diferenciados. Como é de se esperar, o preço recebido pelo produtor forma a base do preço dos demais produtos derivados do leite. Porém, vale destacar que o diferencial de valores recebidos entre produtores primários e as empresas ofertantes nos mercados de derivados do leite é grande.

Se tomarmos o leite cru integral como exemplo, percebe-se que, por não passar por nenhum tipo de beneficiamento, o produto apresenta uma série de preços bem próxima à dos preços recebidos pelo produtor. Já o leite pasteurizado e o leite UHT chegaram a apresentar preços 100% maiores do que aqueles sem beneficiamento, conforme indicado pelo gráfico 4.

Gráfico 4: Preço do leite e derivados selecionados

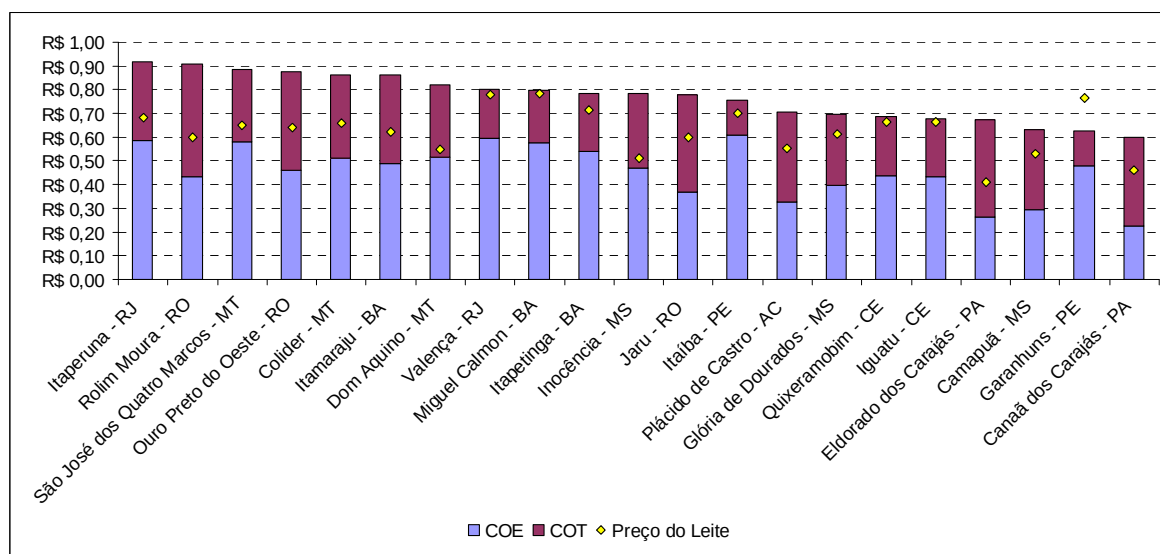


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Cepea - USP

Ainda mais descartados são os preços do leite em pó, da manteiga, do queijo mussarela e do queijo prato. As diferenças chegam a superar em mais de doze vezes o preço do produto primário. É natural que os valores sejam maiores quanto mais processos de beneficiamento o leite passa. Considerando que os custos são crescentes ao longo da cadeia, portanto, os preços também devem ser.

O que se nota, entretanto, é que a margem que a indústria se apodera é também muito superior àquela obtida no elo inicial da cadeia produtiva. CEPEA (2011)¹³ demonstra que naquele ano, produtores de diversas localidades brasileiras receberam em média pelo produto um preço que apenas cobriu o custo operacional efetivo – aqueles referentes às despesas que requerem o desembolso por parte do produtor – mas que ainda foram aquém do custo operacional total, que inclui depreciação de máquinas e implementos, custo de oportunidade das benfeitorias, da manutenção de forragens e o pró-labore do produtor.

Gráfico 5: COE, COT e receita do leite dos painéis realizados em 2011 - Real por litro de leite.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Confederação Nacional da Agricultura.

Tal situação – preço recebido pelo produtor abaixo do custo total de produção – possivelmente não ocorre na indústria de derivados. Para fins ilustrativos se pode elaborar um exercício, com base nos dados apresentados por Carli *et. al.* (2012)¹⁴ relativos aos custos de produção de derivados do leite na empresa *Laticínio Boa Esperança do Iguaçu Ltda.*¹⁵

Tabela 5: Custos de produção e preços médios praticados em 2011

Produto	Custo total de produção (R\$/Kg)	Média do preços em 2011
Mussarela	7,99	10,99
Manteiga	4,98	10,12*

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Cepea – USP e de Carlei *et al.* (2012).

*Preço referente a 200 gramas.

¹³ CEPEA. **Produção de leite no semiárido é destaque nos novos painéis levantados em 2011.** CEPEA/USP, Piracicaba – SP. 2011.

¹⁴ Carli. S, B; Marcello. I,E; Gomes, G. **Métodos de atribuição de custos conjuntos aplicados ao setor de laticínio: estudo de caso no laticínio Boa Esperança do Iguaçu Ltda.** Custos e @gronegócio on line - v. 8, n. 1 – Jan/Mar - 2012.

¹⁵ A utilização dos dados desta empresa servem apenas como referência para o exercício desenvolvido no decorrer do Informativo. Há a ciência de que essa estrutura de custos pode não ser representativa da estrutura média de custos das empresas de laticínios.

Tomando o custo de produção apresentado por Carli *et al.* (2012) como representativo para a indústria de laticínios e considerando o preço médio praticado no país em 2011 (mesmo período de referência dos custos), observa-se que a margem obtida na produção e comercialização de um quilo do queijo mussarela foi de 37,5% e da manteiga mais de 900%.¹⁶

Ainda que o exercício acima não seja exatamente fiel à realidade das empresas, por ainda haver os atacadistas que vendem a produção ao consumidor final, pode-se observar a grande discrepância que a estrutura da cadeia produtiva do leite e seus derivados provoca na distribuição dos ganhos para os agentes que dela participam.

Considerações Finais

Durante décadas, os elos envolvidos na cadeia produtiva do leite assumiram uma atuação passiva no mercado, uma vez que o preço do leite era determinado exogenamente e não havia concorrência externa. O setor se via protegido – sob a tutela governamental. A década de 90 representou, no entanto, um período de profundas alterações na estrutura vigente até então. Tais transformações impuseram aos produtores medidas de ajuste às novas condições concorrenciais de um mercado do qual foram retiradas as barreiras comerciais.

Muitas empresas e cooperativas foram incorporadas a empresas maiores e a nova configuração da cadeia produtiva contrapôs o pequeno produtor como seu elo inicial à indústria, com poucas e grandes empresas de laticínios. Então, a relação entre a indústria e o produtor primário do leite passou a ser regida sob as implicações de um oligopsônio, ou em muitos casos, monopsonios, em que o ofertante do leite não beneficiado atua como tomador de preços, sendo a quantidade ofertada sua única decisão a ser tomada. Assim, apesar de ser o agente que lida com os mais diversos riscos da atividade, o produtor de leite, não raro, internaliza qualquer choque adverso de custo.

As poucas e grandes empresas de laticínios, produtoras de derivados do leite, atuam como oligopolistas no mercado. Possuem, portanto, alguma possibilidade de influenciar na determinação dos preços de seus produtos, permitindo assim à indústria auferir ganhos superiores àqueles que são apoderados pelo produtor.

Algumas ações são possíveis de serem realizadas para alterar essa distribuição dos ganhos ao longo da cadeia produtiva do leite, de modo que o produtor consiga elevar, ou

¹⁶ Esse valor é alcançado ao se transformar linearmente o custo de produção de um quilo de manteiga em custo de produção de 200 gramas do produto.

simplesmente manter sua renda ao longo do ano. Por exemplo, medidas que permitam que a remuneração do produtor seja baseada não só no volume produzido, como também na qualidade do leite, podem permitir que o produtor consiga obter maiores ganhos. O estímulo a produzir leite com maior teor de sólidos (gordura e proteína), aliado a melhores indicadores de sanidade e higiene, contribuem para melhoria da qualidade da matéria-prima desde a base da cadeia produtiva.

No entanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que as propriedades rurais consigam se adaptar às exigências de qualidade do leite. Investimentos em eletrificação rural, melhoria das estradas para facilitar o escoamento da produção, treinamento dos agricultores em boas práticas de manejo e melhores controles sanitários são alguns exemplos dos desafios que os produtores do leite têm de enfrentar.

Equipe Responsável

Guilherme Baptista da Silva Maia – Gerente
Arthur de Rezende Pinto – Economista
Cristiane Yaika Takaoka Marques – Administradora
Fábio Brener Roitman – Economista
Danielle Didier Lyra - Administradora

Superintendente AGRIS: Marcelo Porteiro Cardoso

